

# Economistas vêem acordo só como ponto de partida

**Rio** — O caminho para o Brasil sair da crise em que se encontra vai além de um pacto social. Esta é a média de opiniões de economistas ouvidos pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, no Rio, sobre as alternativas do País em um momento que eles consideram, no mínimo, delicado. O pacto, na avaliação dos técnicos, é um complemento a medidas mais diretas por parte do Governo, que deveria agir antes que um acordo definisse algo mais amplo como uma política de rendas.

“Não tem saída sem um combate decisivo ao déficit público”, diz Sebastião Marcos Vital, que ocupou a secretaria geral do Ministério da Fazenda na gestão Dornelles. Sua proposta mais detalhada envolve um grande corte de despesas públicas. Incluindo os subsídios, para uma posterior política de desindexação da economia. “Uma mudança radical e instantânea”, define.

A proposta de Vital para o País sair da crise tem seu componente que já foi considerado de heterodoxo: o congelamento de preços. “seria apenas por 30 a 60 dias, para reduzir o tempo de ajuste, e surtir o efeito de uma pomada anestésica”, defende. O déficit também é o alvo de outro antigo colaborador de Dornelles, Carlos Von Doellinger, ex-chefe da assessoria econômica da Fazenda e hoje na vice-presidência do Banerj, que ainda vê muito o que fazer.

“Se há hoje algum consenso, entre os economistas de várias tendências, é o de que nada pode dar certo sem um controle efetivo do déficit público, acompanhado de uma rígida política monetária. A partir daí, pode-se partir para uma política de rendas”, até um pacto social, explica o economista.

Esse raciocínio, como diz Von Doellinger, é de fato acompanhado por economistas de outras correntes, que não a monetarista. Eustáquio Reis, ex-superintendente do Inpes, da Seplan, por exemplo, sustenta que “a situação é muito grave, e só será resolvida com medidas muito drásticas”. Essas

medidas drásticas são o corte nas despesas e o aperto monetário, o que incluiria até mesmo a proibição de operações de conversão, “uma fonte de pressão para emissão de moeda”.

Eustáquio Reis acredita que o País não sairá da crise sem tais medidas, ainda que elas levem à recessão e desemprego. E, como o que se falou em torno do pacto social não inclui o que ele entende como caminho para sair da crise, ele está pessimista quanto aos rumos depois do chamado entendimento nacional. “O pacto vai contribuir para que entremos em um processo hiperinflacionário”, diz, garantindo que o Governo, depois de assinar o acordo, não tomará as medidas necessárias. “Estou pessimista”, enfatiza.

Outro a ver caminhos diferentes do que o País está tomando, visando sair da crise, é Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em finanças públicas. “Estamos nos esquecendo de um problema bem sério: a falta de política econômica. O País precisa estabelecer algum tipo de estratégia para sair da crise em que se encontra hoje”, defende, assegurando que “sem isso, qualquer discussão é ridícula”.

As causas básicas da inflação, um dos pontos centrais da crise, aponta Contador, ainda está intocada: o desequilíbrio do setor público, do setor externo e da área social, e a indexação generalizada da economia brasileira. Ele vê a necessidade do que chama de “mudança radical de regras”, como na indexação. “Quando foi criada a corregão monetária, ela era apenas para contratos de longo prazo e para alavancar poupança. Hoje, vale para o dia”.

Para o economista da UFRJ, o quadro é realmente nada tranquilizador. Ele estima que em dezembro a inflação mensal já esteja acima dos 30 por cento, “o que nos levará a entrar em 1989 completamente perdidos”. E isto, acentua, com ou sem pacto social: “Ele pode deixar a população amortecida”, conclui.